



Maio/2010

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Administrativo
Área Administrativa**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas personalizada.
- Ao terminar a prova entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas personalizada.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa/Redação Oficial**

Atenção: As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto seguinte.

Clima favorável, investimentos em insumos e máquinas e otimismo do agricultor com as perspectivas do mercado externo são os fatores que explicam os seguidos aumentos das estimativas da safra de grãos que está sendo colhida no País. As mais recentes, divulgadas pelo IBGE e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), embora com pequenas discrepâncias decorrentes do uso de metodologias diferentes, indicam que esta pode ser a segunda maior safra da história. É um cenário bem melhor do que o observado no ano passado, marcado pela crise econômica mundial, pelas incertezas quanto à demanda internacional, pela queda de preços e, em algumas regiões – sobretudo no Sul –, por uma prolongada estiagem.

O avanço da produtividade em virtude do maior uso de insumos e máquinas é surpreendente. Com essa colheita, o Brasil reforçará uma tendência que se observa há anos. A agricultura brasileira vem tendo desempenho melhor que a de outros países exportadores. Há dez anos, o Brasil era o sexto maior exportador mundial de produtos agrícolas. Em 2008, o terceiro, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia. Melhorar a posição no ranking mundial, porém, será muito difícil. Em 2008, as exportações dos Estados Unidos alcançaram US\$ 140 bilhões e as da União Europeia, US\$ 126 bilhões, mais que o dobro do resultado alcançado pelo Brasil. A distância é muito grande.

Mas o Brasil tem condições de aproximar-se dos líderes, pois os fatores que impulsionaram a produção brasileira nos últimos anos continuam presentes. Entre eles estão a disponibilidade de recursos naturais, como terra, água e sol; a demanda dos países asiáticos; e o aumento da produtividade – esta sustentada, principalmente, pelas pesquisas da Embrapa de variedades e de métodos adequados à realidade brasileira e pela modernização da gestão no campo, que não para de crescer.

Problemas existem, e não são desprezíveis. O principal desafio da agricultura brasileira é a precária infraestrutura. As estradas são ruins e não atendem a importantes regiões. Por causa dessa deficiência, o custo do frete representa quase metade do valor recebido pelo produtor de soja de Mato Grosso. Também inibe a expansão da atividade agrícola a preocupação com o meio ambiente, que tem gerado pressões no sentido de preservação das matas nativas. Há dez anos, estimava-se em 100 milhões de hectares a área nova disponível para agricultura; hoje, a estimativa está em 60 milhões de hectares. Mesmo assim, a agricultura encontra áreas para crescer, como o oeste da Bahia, o leste de Mato Grosso e o sul do Maranhão e do Piauí.

(O Estado de S. Paulo, Notas e informações, A3, 13 de março de 2010, com adaptações)

1. Identifica-se no texto
 - (A) crítica a alguns exportadores que se preocupam, especialmente, em obter sempre os maiores lucros com a comercialização de seus produtos.
 - (B) preocupação com uma eventual redução na produção de alimentos, o que resultará em evidente prejuízo para o volume das exportações.
 - (C) visão otimista em relação ao Brasil como país tecnicamente capacitado a ampliar a exportação de produtos agrícolas.
 - (D) confiança na transformação do Brasil em líder mundial na produção agrícola, apesar das dificuldades relacionadas às condições das estradas.
 - (E) desencanto quanto à imprevisibilidade da ocorrência de fenômenos climáticos que comprometem a safra agrícola brasileira.
2. A ideia central do texto encontra-se em:
 - (A) A colheita de grãos no País supera a dos países líderes.
 - (B) Valores internacionais na exportação brasileira de grãos se igualam aos dos principais exportadores.
 - (C) Crise econômica mundial afeta produção agrícola brasileira.
 - (D) Pressões internacionais levam à redução de áreas agrícolas no Brasil.
 - (E) Agricultura brasileira pode atingir um dos mais expressivos resultados na safra atual de grãos.
3. A referência ao *custo do frete*, que se encontra no último parágrafo, permite inferir corretamente que
 - (A) as distâncias existentes no País entre centros produtores e consumidores são o motivo principal dos fretes caríssimos.
 - (B) a gestão do agronegócio brasileiro deve voltar-se para procedimentos mais modernos, evitando-se os altos valores dos fretes.
 - (C) a variedade de grãos produzidos no Brasil garante a oferta desses produtos no mercado, com um fluxo constante de alimentos pelo País.
 - (D) os preços na produção de alimentos podem deixar de ser competitivos ao esbarrarem nas condições precárias de infraestrutura.
 - (E) a dificuldade em obter valores mais altos no mercado internacional obriga os produtores a cobrar mais caro pelo transporte.



<p>4. Afirmar que o Brasil tem condições de aproximar-se dos líderes (3º parágrafo) significa, considerando-se o contexto, que</p> <p>I. a produção agrícola brasileira é considerada competitiva no mercado internacional, com potencial para ampliar-se ainda mais.</p> <p>II. a quantidade e a variedade dos produtos brasileiros superam em grande parte a oferta dos demais países exportadores.</p> <p>III. os recursos naturais, como água e calor do sol, são os principais fatores que propiciam uma agricultura rentável no Brasil.</p> <p>Está correto SOMENTE o que consta em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>8. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:</p> <p>(A) Estiagens prolongadas e chuvas em excesso resulta na quebra da produção de grãos, com o consequente aumento nos preços dos alimentos.</p> <p>(B) A demanda internacional por alguns produtos brasileiros propiciam expressivos aumentos no volume das exportações, como as de soja.</p> <p>(C) As condições de transporte da safra de grãos da região central não torna competitivo seu valor comercial no mercado externo.</p> <p>(D) Não se obteve maiores lucros com a comercialização de produtos agrícolas devido às deficiências da infraestrutura.</p> <p>(E) Terras férteis, água em abundância e sol fazem do Brasil um país privilegiado, que transformou a agricultura em fonte permanente de recursos.</p>
<p>5. Segundo o Dicionário Houaiss, desafio significa <i>situação ou grande problema a ser vencido ou superado; tarefa difícil de ser executada</i>.</p> <p>De acordo com o texto, é correto afirmar que o principal desafio da agricultura brasileira está em</p> <p>(A) atingir produtividade agrícola semelhante à dos dois maiores exportadores mundiais.</p> <p>(B) preservar o meio ambiente, assegurando as condições ideais de clima para a agricultura.</p> <p>(C) controlar os preços de grãos destinados à exportação, como garantia de maiores lucros para os produtores.</p> <p>(D) solucionar os graves problemas referentes à infraestrutura para evitar os gargalos no transporte da safra de grãos.</p> <p>(E) facilitar a destinação de áreas maiores de terras para a agricultura nas regiões mais distantes do País.</p>	<p>9. Os preços desfavoráveis do milho levaram à redução da área de cultivo.</p> <p>Os lucros com a safra atual do milho estão garantidos pelo aumento da produtividade do setor.</p> <p>As frases acima se articulam com lógica, correção e clareza no período:</p> <p>(A) Com os preços desfavoráveis do milho que chegou à redução da área de cultivo, se garante os lucros da safra atual pelo aumento da produtividade do setor.</p> <p>(B) Apesar da redução da área de cultivo do milho em virtude dos preços desfavoráveis, o aumento da produtividade do setor vai garantir os lucros com a safra atual.</p> <p>(C) A atual safra do milho está garantida pelo aumento da produtividade do setor, com alta dos lucros que estavam desfavoráveis, havendo a redução da área de cultivo.</p> <p>(D) Os lucros da safra atual do milho está garantida pelo aumento da produtividade do setor, conquanto haja preços desfavoráveis levando à reduzir a área de cultivo.</p> <p>(E) Vai-se garantir os lucros da safra atual do milho, que era desfavorável, com o aumento da produtividade do setor, mesmo com a redução da área de cultivo.</p>
<p>6. Com essa colheita, o Brasil <u>reforçará</u> uma tendência ... (2º parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) ... que está sendo colhida no País.</p> <p>(B) ... o Brasil era o sexto maior exportador mundial de produtos agrícolas.</p> <p>(C) ... que impulsionaram a produção brasileira nos últimos anos...</p> <p>(D) ... e não atendem a importantes regiões.</p> <p>(E) ... hoje, a estimativa está em 60 milhões de hectares.</p>	
<p>7. A frase em que ambos os verbos estão corretamente flexionados é:</p> <p>(A) Os agricultores de várias regiões sofreram graves prejuízos por conta da seca que se abateu sobre enorme área do País.</p> <p>(B) As autoridades responsáveis pelo agronegócio não solucionaram os problemas que sobreviram no transporte de cereais.</p> <p>(C) Para que se mantessem os preços favoráveis na comercialização de cereais, os agricultores reduziram a área de cultivo.</p> <p>(D) Alguns produtores interviram na oferta de comercialização de grãos, para refazerem o estoque desses alimentos.</p> <p>(E) Aqueles que se proporam ao plantio em áreas mais extensas se beneficiaram com a procura por alimentos no mercado externo.</p>	<p>10. Nestes termos P. deferimento</p> <p>Local e data Assinatura</p> <p>O fecho acima deve ser aposto ao seguinte documento oficial:</p> <p>(A) ofício. (B) requerimento. (C) relatório. (D) memorando. (E) aviso.</p>

**História do Rio Grande do Norte**

11. No processo de conquista da Capitania do Rio Grande do Norte, a construção do Forte dos Reis Magos em 1598 como marco definitivo da posse territorial ibérica e fundação de uma pequena povoação em 1599, reforçaram a presença física e cultural do homem branco na região. No entanto, não foi fácil o relacionamento entre os portugueses e os índios potiguaras, pois os laços de alianças que existiam entre estes e os franceses eram muito fortes, devido ao sistema de escambo.

(Adaptado de <http://www.cerescaico.ufrn.br/rnnaweb/historia/colonia/conquista.htm> acesso em 27/04/2010)

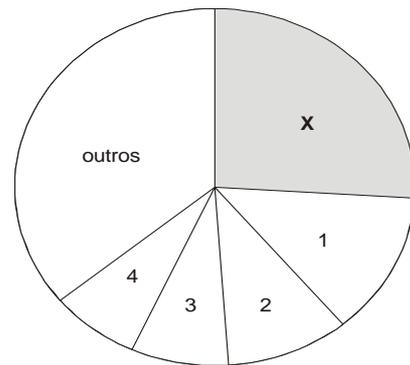
De acordo com o texto, a dificuldade no relacionamento entre portugueses e indígenas devia-se ao fato de o sistema

- (A) provocar uma intensa resistência indígena ao trabalho de extração do pau-brasil e um tratamento bastante violento e opressivo dos franceses para com os indígenas.
- (B) criar um verdadeiro clima de guerra e tensão entre índios e portugueses, em virtude da necessidade de mão de obra nativa na produção de alimentos para os franceses.
- (C) restringir o lucrativo comércio de mão de obra escrava entre os portugueses e os índios potiguaras nas plantações de cana de açúcar e nas áreas litorâneas da capitania.
- (D) dificultar a existência de trabalho compulsório como imposição dos portugueses e facilitar o convívio e as relações de troca entre índios e franceses.
- (E) impedir a conquista portuguesa do território brasileiro e a ampliação de novos espaços de terras para a produção de mercadorias de alto valor no comércio interno.
12. Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Natal cresceu e evoluiu com a presença de contingentes militares brasileiros e aliados, consumando o seu progresso com a construção das bases aérea e naval. Sobre essa presença é correto afirmar que os norte-americanos,
- (A) ao introduzirem estratégias militares e práticas bélicas, favoreceram a centralização política na cidade e o enfraquecimento do poder controlado pela oligarquia nas áreas rurais.
- (B) ao trazerem novos produtos e a visão democrática, estimularam mudanças no modo de vida da cidade e exerceram influências visíveis em Natal, até os dias atuais.
- (C) ao dinamizarem a economia da cidade e sua modernização, contribuíram para a redução das desigualdades sociais e para os habitantes usufruírem de uma melhor qualidade de vida.
- (D) ao elegerem a integração das principais bacias hidrográficas como entrada e saída de embarcações militares, tornaram Natal um dos alvos de ataque inimigo e "Trampolim da Vitória".
- (E) ao assimilarem os valores e costumes tradicionais e a produção artesanal, impulsionaram acentuadamente a atividade urbana e o ritmo de crescimento econômico da cidade.

Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte

13. Analise o gráfico para responder à questão.

Rio Grande do Norte: Composição do Produto Interno Bruto.



(<http://www.agrn.com.br/arquivos/ECONOMIA%20DO%20RIO%20GRANDE%20DO%20NORTE.pps#10>)

O X no gráfico identifica o setor

- (A) de indústria extrativa mineral.
- (B) de construção civil.
- (C) de administração, saúde e educação públicas.
- (D) de indústria de transformação.
- (E) agropecuário.

14. Considere as informações a seguir:

Exportações do Rio Grande do Norte por blocos econômicos – 2006 (em %)

Bloco	%
1	42,06
2	33,69
3	7,87
4	4,26
5	3,28

www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-200320080002000&script=sci_artext

O principal bloco econômico importador de produtos potiguaras é

- (A) o Mercosul.
- (B) a União Europeia.
- (C) o Nafta.
- (D) o Caricom.
- (E) a Liga Árabe.
15. Considere as assertivas.
- I. A atividade fruticultora está fortemente associada às grandes empresas internacionais que atuam na América Central.
- II. A produção de frutas está situada principalmente na área de influência do município de Mossoró (Vale do Açú e Baraúna).
- III. A fruticultura é um segmento econômico de expressiva importância, que coloca o Rio Grande do Norte na condição de grande produtor de frutas tropicais irrigadas do Brasil.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.



Noções de Informática

16. O utilitário de *Backup* do *Windows XP* grava as cópias de arquivos para proteger os dados contra perda acidental, normalmente com a extensão

- (A) .seg
- (B) .cop
- (C) .bks
- (D) .bkp
- (E) .bkf

17. Na ferramenta de navegação *Internet Explorer 8*, por meio da opção *Barras* do *Explorer* do menu *Exibir*, poderão ser exibidas simultaneamente as guias

- (A) Menus, Comandos e *Status*.
- (B) Favoritos, Ferramentas e *Status*.
- (C) Ferramentas, *Feeds* e Histórico.
- (D) Favoritos, *Feeds* e Histórico.
- (E) Ferramentas, Menus e Comandos.

18. NÃO se trata de uma função que pode ser executada por meio de um clique com o botão direito do mouse em um espaço livre da área de trabalho do sistema operacional *Windows XP*:

- (A) Limpar a lixeira.
- (B) Organizar ícones.
- (C) Criar um novo arquivo.
- (D) Colar um atalho copiado.
- (E) Configurar propriedades de vídeo.

19. A barra de fórmulas permite criar e inserir cálculos em um documento de texto do *BrOffice.org Writer 3.0*. A barra Fórmula pode ser ativada

- (A) selecionando-a apenas pelo menu *Exibir*.
- (B) selecionando-a apenas pelo menu *Inserir*.
- (C) pressionando-se a tecla *F2*.
- (D) pressionando-se a tecla *F3*.
- (E) pressionando-se a tecla *F5*.

20. Após selecionar as células do *BrOffice.org Calc 3.0* com os respectivos conteúdos, *A1=1* e *A2=2*, e arrastá-las quatro células para baixo, pela alça de preenchimento, com a tecla *CTRL* pressionada simultaneamente, as células *A3*, *A4*, *A5* e *A6* ficarão, respectivamente, com os conteúdos

- (A) 1, 1, 1 e 1.
- (B) 1, 2, 1 e 2.
- (C) 1, 2, 3 e 4.
- (D) 2, 2, 2 e 2.
- (E) 3, 4, 5 e 6.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se à Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

21. Dentre outros requisitos, são condições de elegibilidade ao Cargo de Procurador-Geral de Justiça, ter mais de

- (A) vinte anos de idade; contar com mais de quinze anos de carreira; estar no pleno exercício da atividade funcional nos trinta dias anteriores a eleição.
- (B) vinte e cinco anos de idade; contar mais de quinze anos no serviço público estadual; estar no pleno exercício da atividade funcional nos quarenta e cinco dias anteriores à data do pleito.
- (C) trinta anos de idade; contar mais de cinco anos de carreira no Ministério Público do Estado; estar no pleno exercício da atividade funcional nos sessenta dias anteriores ao pedido de inscrição.
- (D) trinta e cinco anos de idade; contar mais de cinco anos no serviço público estadual; estar no pleno exercício da atividade funcional nos cento e vinte dias anteriores à data do pleito.
- (E) trinta e cinco anos de idade; contar mais de dez anos de carreira no Ministério Público do Estado; estar no pleno exercício da atividade funcional nos noventa dias anteriores ao pedido de inscrição.

22. Nas faltas ou impedimentos, o Corregedor-Geral do Ministério Público será substituído pelo

- (A) Promotor de Justiça eleito por toda a Classe.
- (B) Procurador de Justiça escolhido pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
- (C) Promotor de Justiça escolhido pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) Procurador ou Promotor de Justiça designado por ato do Procurador-Geral de Justiça.
- (E) Procurador de Justiça mais antigo na lista de antiguidade.

23. Quanto ao Conselho Superior do Ministério Público, considere:

- I. Os Procuradores de Justiça poderão ser elegíveis ao Conselho, ainda que afastados da carreira.
- II. O mandato dos Conselheiros será de três anos, permitida nova eleição consecutiva.
- III. A eleição será realizada no mês de março dos anos pares, na forma do seu regimento interno.
- IV. Compete ao Órgão, além de outras atribuições, decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
- V. O eleitor poderá votar em cada um dos elegíveis ao Conselho, dentre Promotores e Procuradores de Justiça, até o número de quatro.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e V.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) III, IV e V.



<p>Atenção: As questões de números 24 e 25 referem-se à Lei Complementar Estadual nº 122/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado.</p> <p>24. O agrupamento de cargos da mesma natureza e do mesmo grau de responsabilidade, com igual padrão de vencimento, é conceito de</p> <p>(A) grupo. (B) categoria funcional. (C) classe. (D) quadro geral. (E) quadro específico.</p>	<p>29. De acordo com Diógenes Gasparini, a retirada parcial ou total, de um ato administrativo válido e eficaz do ordenamento jurídico, mediante outro ato administrativo, por motivo e conveniência ou oportunidade, respeitados os efeitos produzidos, intitula-se:</p> <p>(A) aniquilação. (B) anulação. (C) eliminação. (D) revogação. (E) desintegração.</p>
<p>25. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Provimento é o ato de preenchimento de cargo ou função pública vago, atribuindo-lhe um titular.</p> <p>II. Transferência e readaptação não são formas de provimento.</p> <p>III. Promoção e aproveitamento são formas de provimento.</p> <p>IV. O provimento realiza-se mediante ato da autoridade competente de cada Poder ou órgão equivalente e só produz efeitos a partir de sua publicação no jornal oficial, vedada a delegação.</p> <p>V. As funções são providas mediante nomeação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV. (B) I e III. (C) III, IV e V. (D) III e V. (E) IV e V.</p>	<p>30. Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto:</p> <p>(A) concorrência. (B) tomada de preços. (C) leilão. (D) concurso. (E) convite.</p>
<p>Atenção: As questões de números 26 a 35 referem-se a Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública.</p> <p>26. Quanto à formação, o ato administrativo, classifica-se em</p> <p>(A) interno e externo. (B) de gestão e de império. (C) geral e individual. (D) vinculado e desvinculado. (E) simples e composto.</p>	<p>31. Sobre o poder da autoridade, analise:</p> <p>I. A autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas.</p> <p>II. A autoridade, embora atuando nos limites de sua competência, pratica o ato por motivos ou com fins diversos dos objetivados pela lei ou exigidos pelo interesse público.</p> <p>Tais espécies configuram, técnica e respectivamente,</p> <p>(A) desvio de finalidade e uso de gestão de poder. (B) desvio de poder e excesso de poder. (C) abuso de poder e uso regular do poder. (D) uso de gestão do poder e excesso de poder. (E) excesso de poder e desvio de finalidade.</p>
<p>27. Forma de provimento quando o Agente, devido à limitação física, adquirida no exercício das funções do cargo de origem, passa a exercer atribuições compatíveis com sua situação atual. Trata-se de</p> <p>(A) reversão. (B) recondução. (C) readaptação. (D) recolocação. (E) transposição.</p>	<p>32. São atos administrativos</p> <p>(A) de expediente todos aqueles que a Administração Pública pratica sem usar da supremacia sobre seus destinatários e, em regra, com discricionariedade.</p> <p>(B) de gestão aqueles que, tecnicamente, se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas.</p> <p>(C) de efeitos externos todos aqueles que alcançam os administrados, até os próprios servidores, provendo sobre seus direitos, obrigações, negócios ou conduta perante a Administração.</p> <p>(D) de império aqueles expedidos sem destinatários determinados, com finalidade normativa, alcançando os que se encontram na mesma situação.</p> <p>(E) gerais todos aqueles destinados a produzir efeitos no recesso das repartições públicas, incidentes sobre órgão da Administração que os expediram.</p>
<p>28. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 no tocante à transparência pública, passando a exigir a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O prazo para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes se adequarem à nova norma é de</p> <p>(A) um ano. (B) dois anos. (C) três anos. (D) quatro anos. (E) seis meses.</p>	



<p>33. Dentre outras, é considerada hipótese de inexigibilidade de licitação, em conformidade com a Lei nº 8.666/93:</p> <p>(A) A contratação de supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.</p> <p>(B) Quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.</p> <p>(C) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República.</p> <p>(D) A celebração de contrato de prestação de serviços com organizações sociais, para a atividades contempladas no contrato de gestão.</p> <p>(E) Casos de guerra, grave perturbação da ordem ou quando não acudirem interessados à licitação anterior ou esta não puder ser repetida.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 36 a 40 referem-se à Noções de Direito Constitucional.</p> <p>36. Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os direitos e garantias expressos na Constituição são taxativos, excluindo outros decorrentes dos princípios constitucionais.</p> <p>(B) Será admitida ação pública nos crimes de ação privada, se esta não for intentada no prazo legal.</p> <p>(C) A prisão ilegal por autoridade policial será imediatamente revogada pelo Ministério Público.</p> <p>(D) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.</p> <p>(E) Todos podem ser compelidos a associar-se e permanecer associados.</p>
<p>34. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A indisponibilidade de bens do indiciado por ato de improbidade recai também sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.</p> <p>(B) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos a seu patrimônio.</p> <p>(C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por omissão culposa do Agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.</p> <p>(D) O sucessor daquele que causar a lesão patrimonial está sujeito às cominações, previstas na Lei de Improbidade, sem quaisquer limitações.</p> <p>(E) Suas disposições são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo Agente Público, se beneficie indiretamente da prática do ato de improbidade.</p>	<p>37. Na forma da Constituição da República Federativa do Brasil vigente, são considerados direitos sociais, entre outros,</p> <p>(A) os bens patrimoniais, a educação e o júri.</p> <p>(B) o lazer, a alimentação e a segurança.</p> <p>(C) a moradia, o acesso à justiça e as reuniões.</p> <p>(D) a propriedade, as associações e as relações de consumo.</p> <p>(E) a maternidade, a livre locomoção e o trabalho em geral.</p>
<p>35. No que diz respeito à Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, considere:</p> <p>I. Dentre outras, é vedada a exigência de garantia de proposta.</p> <p>II. É permitida a exigência de aquisição do edital como condição de participação do certame.</p> <p>III. O prazo para a validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.</p> <p>IV. A Lei nº 8.666/93, que trata das licitações e contratos administrativos, não poderá ser aplicada subsidiariamente para a modalidade de pregão.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>38. Ao brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, será declarada</p> <p>(A) a supressão da inviolabilidade de seus direitos fundamentais.</p> <p>(B) a suspensão de sua nacionalidade pelo prazo de um ano.</p> <p>(C) a cassação de seus direitos políticos.</p> <p>(D) sua expulsão do território nacional.</p> <p>(E) a perda de sua nacionalidade.</p> <p>39. NÃO é da competência privativa dos Tribunais</p> <p>(A) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.</p> <p>(B) elaborar seus regimentos internos dispondo sobre a competência e funcionamento dos respectivos órgãos.</p> <p>(C) prover, conforme a Constituição, os cargos de juiz de carreira e da respectiva jurisdição.</p> <p>(D) organizar seus serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados.</p> <p>(E) conceder afastamentos ou licenças aos juízes que lhes forem imediatamente vinculados.</p>



40. Para a destituição do Procurador-Geral da República é necessária a iniciativa do
- (A) Conselho Nacional do Ministério Público, com autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (B) Senado Federal, precedida da autorização da maioria qualificada da Câmara dos Deputados.
 - (C) Presidente da República, precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
 - (D) Conselho Nacional de Justiça com autorização da maioria simples do Senado Federal.
 - (E) Presidente da República, precedida da autorização da maioria simples do Congresso Nacional.
-
- Atenção:** As questões de números 41 a 50 referem-se a Normas de Direito Processual.
41. A ação penal será promovida
- (A) pelo juiz, se o Ministério Público não a promover no prazo legal.
 - (B) pelo Ministério Público, sempre e em qualquer hipótese.
 - (C) pelo ofendido ou, se este preferir, pelo Ministério Público mediante representação, em qualquer hipótese.
 - (D) pelos familiares da vítima, no caso de falecimento desta, qualquer que seja o crime.
 - (E) pelo Ministério Público, privativamente, nos crimes de ação pública incondicionada.
-
42. Sobre a ação penal privada, é INCORRETO afirmar:
- (A) A mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver separada dele ou quando a queixa for contra ele.
 - (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - (C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.
 - (D) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.
 - (E) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
-
43. Sobre a atuação do Ministério Público no Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, caberá ao juiz promover a sua intimação.
 - (B) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público não poderá juntar documentos nem produzir prova em audiência.
 - (C) Compete ao Ministério Público intervir, dentre outros casos, nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural.
 - (D) Em hipótese alguma o órgão do Ministério Público será responsabilizado civilmente pela sua atuação no processo.
 - (E) Intervindo como fiscal da Lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois do autor e antes do réu.
-
44. No processo civil, as despesas dos atos processuais efetuados a requerimento do Ministério Público interveniente serão
- (A) pagas a final pelas partes, proporcionalmente.
 - (B) pagas pelo Ministério Público antes da realização do ato.
 - (C) suportadas pela Fazenda Pública.
 - (D) pagas a final pelo vencido.
 - (E) dispensadas de pagamento porque o Ministério Público é órgão do Estado.
-
45. Em relação ao processo penal, é correto afirmar que
- (A) a impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos não retardará a ação penal, quando certa a identidade física.
 - (B) não cabe ao Ministério Público a fiscalização da execução da lei quando for parte na ação penal.
 - (C) o órgão do Ministério Público não funcionará nos processos em que o juiz for seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive.
 - (D) não se aplicam aos órgãos do Ministério Público as prescrições relativas às suspeições e impedimentos dos juízes.
 - (E) o Ministério Público não pode requerer a volta do inquérito policial à autoridade policial para novas diligências, uma vez que ele tem competência para promovê-las pessoalmente.
-
46. No que diz respeito aos atos processuais no processo civil, é correto afirmar que
- (A) a desistência da ação produz efeito a partir da juntada do pedido ao respectivo processo.
 - (B) nos processos que correm em segredo de justiça, o terceiro, que demonstrar interesse jurídico, pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e partilha resultante do desquite.
 - (C) documento em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão em vernáculo, que pode ser feita pelo próprio advogado, sob declaração de veracidade.
 - (D) não tem valor legal a assinatura do juiz feita eletronicamente.
 - (E) é vedado o uso da taquigrafia ou da estenotopia em qualquer juízo ou tribunal.
-
47. O inquérito policial
- (A) deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, se o indiciado estiver solto.
 - (B) somente poderá ser instaurado por requerimento do ofendido ou por requisição da Autoridade Judicial ou do Ministério Público.
 - (C) acompanhará a denúncia ou a queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
 - (D) poderá ser arquivado por determinação da Autoridade Policial.
 - (E) deverá ser concluído no prazo de quinze dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.



48. Considere as seguintes afirmações sobre o inquérito civil:

- I. O inquérito civil será instaurado pela Autoridade Policial ou pelo órgão competente do Ministério Público sempre que tiver conhecimento de fatos que constituam objeto de ação civil pública.
- II. O inquérito civil poderá ser arquivado pelo mesmo órgão do Ministério Público que o instaurou, se este se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública.
- III. O arquivamento do inquérito civil deve ser submetido à apreciação do Poder Judiciário, que poderá confirmá-lo ou rejeitá-lo, encaminhando os autos, neste caso, ao Procurador-Geral de Justiça.
- IV. Enquanto não homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento do inquérito civil, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos respectivos autos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

49. Sobre a ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/85, é INCORRETO afirmar que

- (A) qualquer cidadão tem legitimidade para sua propositura.
- (B) em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- (C) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- (D) é facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- (E) a ação poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

50. De acordo com a Lei nº 7.347/85, NÃO tem legitimidade para a propositura da ação civil pública:

- (A) a Sociedade de Economia Mista.
- (B) a Defensoria Pública.
- (C) o Distrito Federal.
- (D) a Associação que inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, constituída há seis meses.
- (E) a União.